



ALIANÇA LUSÓFONA

Francisco Knopfli

No culminar de uma aventura histórica iniciada há quinhentos anos por Pedro Álvares Cabral, começou a construir-se esta portentosa nação lusófona que é hoje o Brasil. Cabral foi portador de uma determinada matriz linguística, mas estava decerto muito longe de imaginar que o idioma usado pelo seu cronista Pero Vaz de Caminha, no extraordinário relato que fez desse Novo Mundo pleno de maravilhas que apenas entrevia, haveria poucos séculos mais tarde de tornar-se elemento constitutivo fundador da grande nação brasileira, veículo de comunicação de uma das mais fortes, afirmativas e genuínas culturas do nosso mundo. Acho que nem mesmo Camões sonharia que volvidos quinhentos anos a língua a que deu forma clássica em *Os Lusíadas*, haveria de cumprir-se com tamanha pujança nos trópicos; e que graças à extraordinária criatividade e plasticidade do povo brasileiro ganhou inovadoras e enriquecedoras sonoridades, “com açúcar”, como dizia Eça de Queirós, ou novas e imaginativas expressões que abriram inexplorados espaços e dimensões para a nossa língua comum.

Tenho uma profunda e sentida admiração por este país, e não poderia por isso deixar de começar esta análise sem render uma justa homenagem ao Brasil e ao seu maravilhoso povo.

Feita esta imprescindível menção prévia, gostaria agora de explicitar a minha contribuição para um debate em torno da nossa língua comum. O tema: Aliança Lusófona. A expressão “aliança” supõe, como sabemos, a constituição de uma união, uma unidade de vontades e de esforços com vista a prossecução de um determinado objetivo. O objetivo, neste caso,

é, claro está, a Lusofonia, sendo que a referida união de vontades nesta luta pela lusofonia seria então constituída por uma “aliança” entre os povos que partilham a mesma matriz lusófona.

Temos, portanto, assim estabelecida e definida uma “aliança” que se supõe que congregaria os sete países que falam português, unidos na prossecução de um determinado escopo: a Lusofonia, entendida como um largo espaço multicultural linguístico comum aos sete países lusófonos e que cumpriria dessa forma solidificar e promover ativamente.

Mas, perguntarão, tratar-se-á de uma “Aliança” contra alguém ou alguma coisa, ou então porventura de uma aliança defensiva em face de um suposto ataque já desferido ou a desferir por uma qualquer entidade externa? Estaremos porventura aqui a tratar de uma Lusofonia acossada, cercada e que desesperadamente procura defender-se de um inimigo externo, real ou imaginário?

Como certamente já adivinharam, a minha resposta a esta interrogação de base é negativa. Bem sei que a comunicação social nos repete diariamente a famosa palavra “globalização”, com todo o suposto rol de atentados à nossa identidade cultural a ela associada. Também sei que eminentes académicos e pensadores tentam regular e pacientemente explicar-nos o fenómeno a que chamam de “globalização”. E por extensão, o fenómeno da “globalização linguística.” Uns para “diabolizá-la”, outros para “endeusá-la”, e outros ainda para reduzir a dita a um dado de fato deste final de milénio com o qual estaríamos inelutavelmente condenados a conviver. Levando até às últimas consequências o seu raciocínio, alguns estudiosos consideram que no plano linguístico a “globalização” se consubstancia numa espécie de triunfo final da língua inglesa “globalizada”, sobre todos os outros idiomas do planeta, pelo efeito inevitável de uma lei económica liberal que, aplicada à língua, traçaria um cenário de competição linguística à escala planetária, com um vencedor pré-anunciado: a língua esperantista do século XXI, o inglês “globalizado”.

Neste cenário competitivo de vitória antecipada do mais forte ou, neste caso, do idioma mais forte, à língua portuguesa estaria reservado um mero papel de eventual fornecedor de algumas expressões a esse “inglês universal” que a prazo seria inevitavelmente falado por toda a humanidade. Como todas as restantes línguas, ao português nada mais restaria então do que serenamente desaparecer e orgulhosamente juntar-se a outras relíquias do passado como o latim ou o grego antigo.

Este exagerado quadro de catástrofe para o património cultural da humanidade que, porventura com excessiva e cruel ironia, acabo de traçar, não deixa de ser destituído de senso para os cegos adeptos da dita

“globalização linguística.” Contra tal futuro trágico para o nosso idioma, deveríamos pois imediatamente constituir uma “guerreira Aliança Lusófona,” destinada a “combater” determinada e desesperadamente pela própria sobrevivência cultural.

Devo dizer, no entanto, desde já, que não acredito de modo algum em semelhante cenário futuro tão empobrecedor culturalmente para a humanidade.

Em primeiro lugar, não podemos obviamente perder de vista a noção de relativismo histórico de tudo isto. A antes referida “globalização linguística” em favor da língua inglesa, tida já por alguns como uma autêntica visão de futuro, não passa com efeito de um epifenômeno dos últimos 30 ou 40 anos. Não esqueçamos nunca que a nossa própria língua portuguesa foi durante dois séculos a “língua franca” de comunicação nos mercados extra-europeus, desempenhando exatamente o mesmo papel globalizador que hoje tem o inglês. De Salvador a Nagasaki, passando por Luanda, Calicute, Malaca e Macau, o português foi durante os séculos XV e XVI, o idioma obrigatório de comunicação para qualquer mercador, fosse ele flamengo, árabe, indiano ou japonês, que desejasse comercializar nos portos mercantis da então apenas esboçada “globalização”. Não esqueçamos também o papel estruturante como segundos idiomas que em diferentes momentos do passado recente, línguas de império como o alemão ou o russo desempenharam na Europa, ou a função de irradiação civilizadora que o árabe ou o chinês continuam a desempenhar nos dias de hoje. Não esqueçamos também ainda que o tratado que pôs fim à I Guerra Mundial, há pouco mais de 80 anos, foi unicamente redigido em francês, pela simples razão de que aquele era então o idioma quase exclusivo da diplomacia de estado e ninguém achou necessário traduzi-lo noutras línguas.

Em segundo lugar, porque o efeito tendencialmente globalizador que a língua inglesa hoje de fato exerce se situa apenas no plano do estabelecimento de um meio de comunicação universal, ou se preferirem “global”, entre povos de todos os pontos do planeta. Imposto pelas próprias realidades do atual sistema econômico mundial de mercado aberto e pelas novas tecnologias da informação, este “esperanto” da pós-modernidade surge como linguagem universalizante unificadora da “babel” linguística do planeta. Porém, não deixemos que a *internet* nos iluda quanto ao suposto império da língua inglesa, porquanto, se bem que esta tenda de fato a estabelecer-se como idioma universalista, a sua função de comunicação global não substitui nem muito menos anula a função primordial de fortes línguas nacionais, em particular de línguas plurinacionais e pluricontinentais, como é o caso da língua portuguesa.

Adiante-se, desde já, que até mesmo na *internet*, o português ocupa a muito honrosa posição de quarta língua mais usada naquele universo cibernético, com mais de quatro milhões de utilizadores, dos quais 700 mil em Portugal.

De fato, até mesmo os norte-americanos sentem necessidade de aprender línguas estrangeiras. Por quê? Certamente por que dentro dos próprios parâmetros de análise da chamada “globalização”, chegaram à conclusão de que o mundo cada vez mais competitivo em que vivemos exige o domínio não apenas da língua de tendência universalista, mas também de uma ou mais línguas estrangeiras complementares – para além obviamente da língua materna. Só dessa forma o homem moderno poderá ser verdadeiramente competitivo.

Já notaram certamente que não são apenas os diplomatas estrangeiros em serviço no Brasil que falam português. Também os empresários estrangeiros que aqui se instalaram, decidem imediatamente aprender a língua de Machado de Assis, porque consideram sem dúvida indispensável o domínio da língua portuguesa para melhor rentabilizarem os seus investimentos. O mundo que se desenha para o século que aí vem não será, a meu ver, redutoramente um mundo bilíngue – língua nacional mais o inglês norte-americano – mas sim um mundo trilíngue ou até mesmo multilíngue.

A “globalização” em construção vai fazer-se não somente em torno da superpotência global, representada pelos Estados Unidos da América, mas sim de forma multipolar, em torno de diferentes blocos econômicos, regionais/continentais e em torno de blocos culturais/linguísticos. O Brasil e Portugal participam ativamente na construção de fortes blocos de integração econômica, respectivamente o Mercosul e a União Européia, e vão edificar um forte bloco cultural/linguístico que vai ser a C.P.L.P.

Porque razão é que Portugal, quando em finais dos anos oitenta iniciou o processo de internacionalização da sua economia, decidiu que o destino estratégico fundamental do seu investimento seriam os países de língua portuguesa e em particular o Brasil? Pela simples razão de que a partilha de uma língua comum lhe dá, à partida, uma vantagem competitiva importante em relação aos restantes países investidores no mercado brasileiro.

É pois, por todas estas razões, que defendo a idéia de que a “Aliança Lusófona” que pretendemos construir não deve ser nem timidamente defensiva, nem desesperadamente agressiva, mas, sim, serenamente afirmativa. Para tanto contamos com uma base de partida extremamente sólida:

– Somos quase 200 milhões de falantes, com a imensa maioria deles sendo brasileiros, como sabemos. Este fato faz da língua portuguesa a terceira língua ocidental mais falada no mundo, depois do inglês e do espanhol.

– Estamos em todos os continentes, com uma forte presença em África que faz da nossa língua, a par do árabe, do inglês e do francês, um dos quatro idiomas oficiais da Organização da Unidade Africana. Contamos com importantes pontos de permanência na Ásia, como Macau e Goa, já para não falar do futuro oitavo país da C.P.L.P. que vai ser o Timor Loro Sae, a meio caminho entre a Ásia e a Oceania.

– Pelo número de falantes somos hoje, repito, a terceira língua mais falada do ocidente, depois do inglês e do espanhol. A constatação deste fato faz com que Portugal se bata no seio da União Européia para que o português seja definido como uma das quatro línguas estratégicas européias, se acrescentarmos o francês aos três idiomas antes referidos. Orgulhosamente e por direito próprio estamos pois entre os quatro maiores blocos linguísticos de matriz ocidental no mundo. Trata-se de uma enorme responsabilidade para todos, a que temos de saber estar à altura pois assim o exigem os povos que falam a nossa língua.

– A Lusofonia atravessa hoje um extraordinário momento de pujança e de afirmação cultural à escala mundial que não é possível escamotear. A notável vitalidade das literaturas nacionais lusófonas é um fato indesmentível que o nosso Nobel da literatura portuguesa, atribuído a José Saramago, apenas veio confirmar. Nomes como Craveirinha ou Pepetela em África e Nélida Pinon ou João Ubaldo Ribeiro no Brasil, só para falar de escritores em atividade, são hoje figuras incontornáveis da literatura mundial, sem esquecer, evidentemente, esse grande vulto da poesia universal que acaba de nos deixar e que foi João Cabral de Melo Neto. Na música, se Gilberto Gil ou Milton Nascimento continuam a suscitar admiração e sucesso mundiais, o êxito extraordinário que Cesária Évora tem conhecido, cantando em crioulo português da pequena ilha cabo-verdiana de S. Vicente, sem esquecer os portugueses “Madre Deus”, são a prova cabal que a música cantada em português já conquistou o seu espaço no mercado globalizado.

– E finalmente, dispomos de instrumentos institucionais multilaterais já constituídos, capazes de conferir uma base de sustentação sólida à desejada “Aliança Lusófona”.

Com efeito, em julho de 1996, foi constituída em Salvador, na Bahia, por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa –

C.P.L.P. No documento estatutário fundador da C.P.L.P., logo se estipula expressamente que a organização internacional nascente assenta em três pilares de base, a saber: a concertação político-diplomática; a cooperação para o desenvolvimento; e a promoção e difusão da língua portuguesa. Este terceiro pilar é justamente aquele que, por uma razão ou por outra, menos tem sido desenvolvido. Legitimamente preocupados em acudir a candentes problemas internos, tidos como prioritários, alguns países da C.P.L.P. terão porventura descurado este vetor essencial da política externa. Em julho último, realizou em Maputo, Moçambique, a III Reunião Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da C.P.L.P. De acordo com os mecanismos de renovação periódica da estrutura interna da organização, Brasil e Moçambique assumiram os lugares de, respectivamente, Secretário-Executivo e Secretário-Executivo-Adjunto. A Cimeira de Maputo foi histórica, a vários títulos. Em primeiro lugar, por que se tratou de consubstanciar idéias que necessitam de ser implementadas. Julgo que se tratou, pois, de uma oportunidade única para dar um impulso decisivo ao nosso bloco da lusofonia em formação, especialmente no que respeita à vertente da defesa e promoção da língua portuguesa.

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa – I.I.L.P. – criado no quadro do referido terceiro pilar da C.P.L.P., começa também apenas agora a dar os primeiros passos, apesar do projeto ter sido lançado ainda em 1989, na conferência de São Luís do Maranhão, pelo então Presidente da República e hoje ilustre Senador José Sarney. O processo de instalação do Instituto, a edificar na cidade de Praia em Cabo Verde, carece de uma maior velocidade. Trata-se, no meu ponto de vista, de uma instituição fundamental para a planificação e prossecução de políticas conjuntas de promoção e difusão da língua portuguesa no mundo, a que urge dar corpo se não quisermos deixarmo-nos ficar irremediavelmente para trás na batalha pela promoção coordenada da nossa língua comum.

Qual é a contribuição de Portugal para a nossa “Aliança Lusófona”? Portugal, no prosseguimento de uma política seguida desde os anos setenta, procura desenvolver uma ação externa de difusão e ensino da língua portuguesa que é hoje uma vertente basilar da própria política externa portuguesa. O Instituto Camões, integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, é o órgão público responsável pela condução dessa política externa da língua. Trata-se de uma esforço financeiro muito significativo.

A nossa ação, como é natural, tem especial incidência na Europa e em África. Na Europa, dado que é o espaço político-econômico onde nos inserimos no quadro da União Européia, embora o crescente interesse pela aprendizagem do português na Europa extra-comunitária faça com

que não possamos também descurar o apoio a países da Europa Central e Oriental, onde centenas de estudantes aprendem português. E África, por que aí está também o futuro da nossa língua. O português é um idioma em constante expansão em África, graças em grande medida à ação dos governos dos novos estados africanos de língua portuguesa que sentiram logo no momento das independências que a língua era um indispensável fator de unidade nacional e desenvolveram meritorios programas de ensino do português, inclusivamente nas áreas mais remotas dos respectivos países. Só para dar uma idéia, Portugal prepara-se para despendir este ano nos diversos programas de cooperação com os países africanos de língua portuguesa cerca de 250 milhões de dólares norte-americanos, sendo que uma parte significativa deste montante se destina aos setores da educação e da cultura.

Também no continente americano estamos presentes, embora, se pensarmos em termos de divisão de tarefas, este seja um continente no qual o Brasil está particularmente vocacionado para atuar, em especial no quadro do Mercosul. A título ilustrativo, refira-se que Portugal tem neste momento em curso com a Argentina um importante programa de formação de professores de português.

Estou certo que os nossos amigos brasileiros estão a desenvolver esforços no mesmo sentido.

Sabemos que no interior do Mercosul se encontram em preparação importantes programas de cooperação no domínio do ensino do português e do espanhol. Modestamente, Portugal está disponível para colaborar nessa cooperação para o ensino da língua.

Todo este esforço empreendido por Portugal implica um significativo dispêndio financeiro e, embora estejamos conscientes de que se trata de uma vertente essencial da política externa que nos traz algum retorno em termos de afirmação do Estado, obviamente que o meu país tem recursos limitados, dimensionados à sua própria escala e não pode por isso satisfazer sozinho a crescente procura pelo ensino do português e pela cultura de Língua Portuguesa que notamos um pouco por todo o mundo.

Daí que, se desejamos construir uma verdadeira "Aliança Lusófona", é imperioso criar mecanismos de coordenação e congregação de esforços com os restantes parceiros da C.P.L.P., designadamente com o nosso "irmão maior" da Língua Portuguesa que é o Brasil, sob pena de estarmos condenados a dispersar inutilmente esforços e iniciativas.

Parece-me assim que, por tudo o que antes procurei expor, ser imprescindível que Portugal e o Brasil coordenem estreitamente uma política comum para Defesa e Promoção da Língua Portuguesa. Podemos mesmo estabelecer metas concretas para esta verdadeira parceria estratégica,

base da tal “Aliança Lusófona”, que seriam as de fazer do português a terceira língua mais falada nos continentes americano e africano e, como segunda língua, um dos cinco idiomas mais falados no continente europeu, num prazo curto de cinco anos. Tratam-se de metas perfeitamente alcançáveis, em face da base já existente, se houver vontade política bastante para o efeito.

Na Ásia, temos neste dealbar de milênio um oportunidade única de colocar à prova esta “parceria estratégica” luso-brasileira no domínio da língua que acabo de sumariamente traçar os objetivos. De fato, a meio caminho entre a Ásia e a Oceania, situa-se o futuro oitavo membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que em breve será o Estado soberano de Timor Loro Sae. Os dirigentes máximos e designadamente o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, daquele território em pleno processo de autodeterminação e reconstrução nacionais, já declararam que a língua oficial de Timor-Leste deverá ser a língua portuguesa. Porém, como sabemos, em resultado de 25 anos de ocupação indonésia, na qual o uso do português esteve proibido, há uma larga faixa da população mais jovem que não fala português. Há assim um imenso trabalho de reaprendizagem da língua, símbolo e razão de identidade nacional desse novo Estado lusófono que urge realizar. Tratar-se-á de um esforço gigantesco que porá decisivamente à prova a nossa “Aliança Lusófona”. Portugal encontra-se a montar no terreno um extenso e alargado programa de ensino da língua portuguesa. Também o Brasil já anunciou que quer participar na reconstrução de Timor, tendo elegido como área prioritária de intervenção exatamente o ensino da língua portuguesa. Nesta medida, julgo que é pois chegada a hora de o Brasil e Portugal assumirem a responsabilidade conjunta de devolverem a Timor a identidade cultural que lhes foi roubada no passado através de uma ação coordenada e concertada de difusão da nossa língua comum. O Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na visita que realizou a Portugal, em março de 2000, assumiu de resto o compromisso público de construir conjuntamente com o meu país uma parceria no domínio do ensino e difusão da língua portuguesa em Timor.

Termino com o seguinte repto: façamos de Timor, como primeira opção, e de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e das Comunidades de Luso-Descendentes espalhadas pelo mundo o grande elemento motivador da nossa “Aliança Lusófona”, uma aliança serena, mas afirmativa, feita com base numa herança cultural e linguística comum que aceita no seu seio a diversidade multicultural enriquecedora que lhe é própria, sem perder de vista o sentido partilhado da História e do Futuro.